

DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Corrupção no Estado vem de 1858

Esse é o ano do primeiro registro de desvio de dinheiro, com inquérito contra um controlador de rendas que morreu antes de ir a julgamento

Ricardo Aiolfi

No momento em que a população cobra soluções contra a corrupção, documentos antigos mostram que este não é um mal apenas da atualidade. Inquéritos policiais guardados no Arquivo Público Estadual mostram que os primeiros casos no Espírito Santo datam de 1858.

Nesse inquérito, o controlador de rendas Paulo Ferreira de Andrade é acusado de desviar dinheiro público dos municípios de Itapemirim, Benevente e Guarapari. Apesar do processo em torno do caso, o réu morreu antes do julgamento, e a ação ficou sem conclusão.

Outro inquérito, de 1873, acusa de peculato (desvio de dinheiro público) o tesoureiro Antônio Rodrigues Pereira. O presidente da província, desconfiado do crime, solicitou a conferência do cofre.

Comprovado o desvio, o tesoureiro foi denunciado e condenado a 2 meses e 10 dias de prisão em 1876, além do pagamento de multa. O processo tem 100 páginas, e foi feito pelo promotor Misael Ferreira Pena, que hoje dá nome a uma praça atrás do Parque Moscoso.

Apesar do detalhamento dos processos, a letra manuscrita em caneta-tinteiro e o papel amarelado já gasto pelo tempo prejudicam o estudo dos documentos. Enfrenta o mesmo problema o inquérito de 1964, que acusa o secretário da Câmara de Cariacica, Manoel Gomes Pereira, de desvio de dinheiro público. A verba seria usada para pagar os funcionários da Câmara.

O coordenador do acervo permanente do Arquivo Público Estadual, Michel Caldeira de Souza, afirmou que o arquivo guarda muitas histórias do Poder Judiciário ainda desconhecidas.

“O papel dos pesquisadores é essencial para que os documentos sejam conhecidos e se transformem em histórias disponíveis para a sociedade”, afirmou.

O historiador Estilaque Ferreira dos Santos se dedicou a estudar a atuação do Tribunal da Inquisição, em que, pelo menos, 29 pessoas no Espírito Santo foram submetidas.

Em um dos casos, um traficante de escravos foi preso. “Ele não foi preso por ser traficante, mas sim por ser judeu. Ele foi levado a Portugal para julgamento. O mais surpreendente é que ele levou todos os seus escravos pessoais, que continuaram o servindo, mesmo dentro da prisão”, contou.

Estilaque relata que todas as pessoas foram julgadas injustamente pela Inquisição, já que as denúncias não eram comprovadas.

PESQUISA



LEONE IGLESIAS/AT

Novas descobertas todos os dias

O Arquivo Público do Espírito Santo é um local destinado a pesquisadores e reúne documentos com datas desde 1768. Os materiais disponíveis podem ser consultados sob orientação dos profissionais que organizam o acervo.

Para o coordenador do acervo permanente, Michel Caldeira de Souza, todos os dias ocorrem descobertas nas consultas dos pesquisadores: “O acervo é muito grande. É impossível conhecer todos os documentos.”

O arquivo conta com documentos

da época da escravidão; do Departamento de Ordem Política Social (Dops), dos tempos do regime militar; cartazes e fotos; e jornais de diversas épocas. O Arquivo Público também trabalha na publicação Canaã, que resgata a história do Estado.

Governo destruiu papéis para não pagar indenização

Parte da história dos brasileiros negros foi destruída por decreto. Em 14 de dezembro de 1890, o então ministro da Fazenda, Ruy Barbosa, determinou que órgãos públicos destruíssem qualquer documento com registros, matrículas de escravos e de seus filhos libertos.

Segundo o juiz Alexandre Borgo, que organizou o memorial do Fórum de Guarapari, poucos documentos desta época sobraram.

“Ele tinha medo das indenizações aos senhores de escravos, que seriam muito altas, por isso tomou esta decisão. Os arquivos que so-

braram foram aqueles mais inaccessíveis, como os do Judiciário.”

Borgo conta que, durante a organização do memorial, alguns documentos de compra e venda de escravos, além de cartas de alforria, foram localizados e organizados: “Eles descreviam os escravos como animais. Falavam dos dentes, da aptidão ao trabalho, do porte. Os inventários de óbito traziam a lista de escravos de cada senhor.”

O juiz disse que cartórios e fóruns antigos fora da Grande Vitória ainda contêm documentação da escravatura preservada em seus acervos.



DIVULGAÇÃO

RUY BARBOSA determinou a destruição dos documentos, para evitar pagamentos aos senhores de escravos

Ex-governador lutou contra a castração de escravos

O ex-governador do Espírito Santo Afonso Cláudio lutou contra a castração de escravos, após a assinatura da Lei do Ventre Livre, em 1871. A partir desta lei, todos os filhos de escravos seriam considerados livres e ficariam sob tutela dos senhores de escravos.

Segundo o historiador Maciel de Aguiar, como as crianças não poderiam ser escravizadas ou vendidas, os senhores optavam por castrar os negros ou assassinar os recém-nascidos.

Maciel de Aguiar conta que os clubes dos abolicionistas, pessoas que queriam o fim da escravidão, moviam processos na Justiça contra os senhores de escravos, entretanto nunca ganhavam as ações.

“Quem moveu esses processos foram os abolicionistas. O problema é que quem julgava eram os próprios senhores, já que eram famílias coroadas que tinham seus desembargadores e juizes para defenderem suas causas”, contou.

Afonso Cláudio se tornou desembargador do Tribunal de Justiça em 1891 e foi um dos únicos juí-

Conservação e letra escrita à mão dificultam os estudos

Responsáveis por organizar os acervos de documentos antigos do Estado apontam a caligrafia manuscrita em caneta-tinteiro e a conservação dos documentos como os grandes desafios para o estudo.

Segundo o historiador Estilaque Ferreira dos Santos, que estuda a história do Judiciário capixaba, é preciso passar por treinamento para conseguir ler a caligrafia antiga. “Não é fácil ler esses documentos. Tem de conhecer paleografia, uma técnica de leitura de documentos antigos. Além disso, tem o perigo para a saúde. É preciso usar máscaras e luvas para evitar a poeira.”

O historiador também aponta que os documentos antigos não têm uma padronização na escrita das palavras, o que dificulta a interpretação da leitura.

Para o coordenador do acervo permanente do Arquivo Público Estadual, Michel Caldeira de Souza, a higienização constante e conservação dos documentos é essencial para permitir a pesquisa: “Higienizamos constantemente os documentos mais antigos para evitar a poeira e a deterioração, além de mantê-los climatizados.”

Para o jornalista e professor de Antropologia Adilson Vilaça, recolher e organizar documentos também é dificuldade ao pesquisar.



DEAN NONATO - 15/11/2014

MACIEL contou sobre processos

zes que defendiam a política abolicionista, segundo Maciel.

Afonso Cláudio também se posicionou contra a punição dada pela Justiça aos escravos da Insurreição de Queimados. “Não houve um julgamento correto. Os juizes ouviram os clamores da sociedade e condenaram”, conta o historiador Estilaque Ferreira dos Santos.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Carta de viúva vira relíquia

Documentos, móveis e antigos instrumentos de trabalho do Poder Judiciário que estavam abandonados em depósitos e corredores de tribunais e cartórios viram relíquias em centros especializados em memória.

Uma dessas preciosidades é a carta da viúva de Ruy Barbosa exposta no memorial do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES).

A carta revela a relação próxima que o falecido jurista e escritor mantinha com o Estado. Na carta, a viúva Maria Augusta Viana Bandeira agradece às condolências do Tribunal pela morte do marido.

O magistrado responsável pela coordenação do projeto de memória do TJ, Getúlio Marcos Pereira Neves, conta que Ruy Barbosa atuou em prol do Espírito Santo em uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF).

“Era uma disputa por terras entre Minas Gerais e Espírito Santo na região Noroeste do Estado. Ruy Barbosa peticionou a favor do Espírito Santo, mas perdeu a ação”, conta. A disputa pelo território, porém, seguiu até 1963.

Outros itens da vida de Ruy Barbosa estão expostos em um armário, como livros, fotos e até um artigo escrito por ele em 1921.

Ruy Barbosa era natural de Salvador, na Bahia, e se destacou como jurista, político, diplomata, escritor, filólogo, tradutor e orador.

Foi um dos organizadores da República e coautor da Constituição do primeiro período republicano.

Ruy Barbosa também foi o primeiro ministro da Fazenda no início da República brasileira e concorreu, duas vezes, à Presidência.



GETÚLIO contou que Ruy Barbosa defendeu o Estado no STF e mostrou carta (destaque) enviada pela viúva

HISTÓRIA

A história do Judiciário capixaba vai se mostrando timidamente, com estudos preliminares. Segundo Getúlio, o Tribunal ainda está recolhendo objetos nas comarcas do interior: “A busca pela organização dos documentos da Justiça Capixaba demonstra a riqueza histórica de nosso Estado que ficou preservada nesses materiais.”

Entre os objetos recuperados, chamam a atenção os móveis da sala de julgamento da comarca de Colatina, que foram completamente restaurados. O acervo também reúne os registros de compra e venda de escravos e as cartas de alforria, responsáveis por libertá-los.

A criação do Centro de Memória

do Poder Judiciário do Espírito Santo também atende à Recomendação nº 37/2011 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário.

Miniestado criado entre Minas Gerais e Espírito Santo

O conflito entre Espírito Santo e Minas Gerais por terras no Noroeste do Estado começou a ter fim em 1953, quando o baiano Udelino Alves de Matos criou um estado próprio na região, que ficou conhecido como União de Jeová. O estado tinha bandeira e hino oficiais, sede e estrutura para coleta de impostos. A capital ficava em Cotaxé, distrito de Ecoporanga. A comunidade chegou a ter 300 mil habitantes.

Udelino era natural de Alagoinhas, na Bahia, e tinha ido à região para atuar como professor numa fazenda. Segundo o jornalista e antropólogo Adilson Vilaça — que pesquisou o assunto por mais de 20 anos e escreveu livro sobre o tema, “Cotaxé - a reinvenção de Canudos” —, Udelino queria ser governador e chegou a procurar o então presidente Getúlio Vargas para oficializar o estado:

“Udelino fez uma reforma agrária, o que atraiu muita gente para lá. A maioria era composta de mineiros, mas havia muitos capixabas, cariocas e baianos também.”

Revoltados com a possível perda territorial, mineiros e capixabas se uniram para destruir o estado jeoense. Em março de 1954, o estado já não existia: todos os líderes foram assassinados. Muitas lendas surgiram a respeito do destino de Udelino em algumas cidades do País. Adilson, porém, descobriu que ele foi morto em uma tocaia. O corpo foi queimado, em seguida.

Pela religiosidade de Udelino e a criação de um estado próprio, o líder é comparado a Antônio Conselheiro, que criou a comunidade de Canudos, na Bahia.

OBJETOS DO MEMORIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA



MÓVEIS utilizados pelas comarcas do interior passaram por restauração para fazerem parte do acervo. À esquerda, cadeira que pertencia à Comarca de Colatina. É possível ver ainda a beca dos magistrados, além dos armários que guardavam as vestimentas.



A URNA de sorteio de júri da foto acima e um sino eram utilizados nos leilões em praça pública, na Comarca de Santa Teresa.

Ainda hoje existem comarcas que utilizam a ferramenta para realizar os sorteios de júris em cidades fora da Grande Vitória.



O AMBIENTE das salas de julgamento foi recriado no memorial. Com a mesa e as cadeiras restauradas pelo próprio Tribunal, é possível sentir o clima de como era a organização dos julgamentos da Comarca de Colatina.



FOTOS de diversas épocas podem ser encontradas no memorial do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

Elas trazem a ideia de como funcionavam os tribunais de julgamento décadas atrás.



MÁQUINAS de escrever foram implementadas nas Comarcas do Estado para substituir os documentos manuscritos.

Mais práticas do que as canetas-tinteiro, hoje elas viraram peças de museu.

ONDE CONHECER

Arquivo Público Estadual

- > **REÚNE** documentos do Estado desde 1768, além de cartazes, fotos, jornais e outros. Aberto de segunda a sexta-feira, entre as 10 horas e as 17h30.
- > **RUA** Sete de Setembro, 414, Centro, Vitória. Telefone: 3636-6100.

Arquivo da Assembleia

- > **ACERVO** de documentos da Assembleia Legislativa. É possível consultar documentos históricos da instituição, como registros de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). O acervo fica aberto de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas.
- > **CONTATO:** 3382-3864/3382-3865

Memorial do Fórum de Guarapari

- > **TRAZ MÓVEIS**, roupas, peças e objetos antigos usados em cartórios e salas de julgamentos da comarca de Guarapari. Tem também documentos da época da escravidão. Aberto de segunda a sexta, das 13 às 18 horas.
- > **ALAMEDA** Francisco Vieira Simões, em Muquiçaba, Guarapari.

Memorial do Tribunal de Justiça

- > **CONTA** com documentação de compra e venda de escravos, móveis restaurados, fotos, roupas de magistrados, entre outros. Aberto de segunda a sexta-feira, das 13 às 18 horas.
- > **RUA** Desembargador Homero Mafra, 60, Enseada do Suá, Vitória.